

Lugares onde estamos, mas não podemos existir: a formação da experiência de si em um sujeito surdo no ensino superior

Carlos Roberto de Oliveira Lima¹

Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca

LIMA, Carlos Roberto de Oliveira. *Lugares que estamos, mas não podemos existir: a formação da experiência de si em um sujeito surdo no ensino superior. Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste*, 11 (27): 449-460, setembro a dezembro de 2024. ISSN: 2358-5587

Resumo: A educação de sujeitos surdos em nível superior constitui-se em um desafio. São espaços que, por direito assegurado, estes devem ocupar. Entretanto, o que fazer quando tais lugares não os permitem existir? É pensando nesta problemática que o objetivo deste artigo se respalda: analisar nos discursos de um sujeito surdo as construções de subjetividades e as experiências de si produzidas dentro de uma instituição educacional de nível superior para problematizar como tais conduções de condutas se convertem em formas de vidas surdas heterogêneas. Servindo-se de entrevistas semiestruturadas e de análises a partir do referencial foucaultiano, percebeu-se uma formação de subjetividades surdas interseccionadas com outros marcadores da diferença que, ao imbricarem-se, produzem sujeitos surdos que sentem a obrigação de registrarem na memória que possuem uma alteridade e, necessitando conviver no ambiente educacional de nível superior, inscrevem-se negativamente mediante as produções de normas sociais.

Palavras-chave: educação de surdos; ensino superior; subjetividade; surdez.

¹ Mestre e doutorando em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, UFMS. Professor EBTT do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, CEFET-RJ, unidade Nova Friburgo. O presente trabalho foi realizado com apoio da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

Places we are, but cannot exist: the formation of self-experience in a deaf subject in higher education

Abstract: The education of deaf subjects at higher education is a challenge. These are spaces that, by guaranteed right, they must occupy. However, what to do when such places do not allow them to exist? It is with this problem in mind that the objective of this article is supported: to analyze in the speeches of a deaf subject the constructions of subjectivities and experiences of self-produced within a higher education institution to problematize how such behaviors become forms of lives. heterogeneous deaf people. Using semi-structured interviews and analyzes based on the Foucauldian framework, we noticed a formation of deaf subjectivities intersecting with other markers of difference that, when overlapping, produce deaf subjects who feel the obligation to record in their memory that they have a otherness and, needing to coexist in the higher education environment, are negatively inscribed through the production of social norms.

Keywords: deaf education; higher education; subjectivity; deafness.

Lugares en los que estamos, pero no podemos existir: la formación de la experiencia del si en un sujeto sordo en la educación superior

Resumen: La educación de sujetos sordos en la educación superior es un desafío. Son espacios que, por derecho garantizado, deben ocupar. Sin embargo, ¿qué hacer cuando esos lugares no les permiten existir? Es con esta problemática en mente que se sustenta el objetivo de este artículo: analizar en los discursos de un sujeto sordo las construcciones de subjetividades y experiencias de sí mismo producidas en el seno de una institución de educación superior para problematizar cómo tales comportamientos se tornan formas de vida heterogéneas. personas sordas. Utilizando entrevistas semiestructuradas y análisis basados en el marco foucaultiano, notamos una formación de subjetividades sordas que se cruzan con otros marcadores de diferencia que, al superponerse, producen sujetos sordos que sienten la obligación de registrar en su memoria que tienen una alteridad y, que necesitan coexistir en el entorno de la educación superior, se inscriben negativamente a través de la producción de normas sociales.

Palabras clave: educación para sordos; educación superior; subjetividad; sordera.

Regulações iniciais

*Existem lugares onde estamos,
mas não existimos.
Falamos para dentro, sentimos, tocamos,
escrevemos a nós mesmos a mesma coisa.
(Carlos Bernardo Skliar)*

Nossa permanência nos lugares onde estamos ou em que necessitamos estar, mesmo aqueles que não nos dão condição de existência, assim como dito por Carlos Skliar (2017), possui uma forte relação com o molde de nossas ações, com o que fazemos e, em linhas gerais, com o modo como interpretamos a nós mesmos, lapidando nossas subjetividades e construindo verdades que passarão a ser reconhecidas em nosso interior.

Nosso comportamento e a forma como nos interpretamos possuem relação com uma perspectiva histórica e, também, antropológica. Jorge Larrosa (1994: 43), a partir desta concepção, vai mais longe e afirma que a experiência de si “é senão o resultado de um complexo processo histórico de fabricação no qual se entrecruzam os discursos que definem a verdade do sujeito, as práticas que regulam seu comportamento e as formas de subjetividade nas quais se constitui sua própria interioridade”.

Desta forma, os espaços que frequentamos (inclusive aqueles que não nos permitem existir) exercem sobre nossos corpos uma experiência de si capaz de direcionar a forma como iremos nos observar, narrar, descrever, nos julgar e nos dominar mediante as relações. Assim, a nossa constituição social não diz respeito a uma interioridade intrínseca, mas:

a maneira como determinadas verdades, externas ao sujeito, acabam o constituindo. Assim, o que poderia ser compreendido como a interioridade do sujeito, o seu lado de dentro, nada mais é do que a exterioridade, o lado de fora dobrado e convertido em interioridade. Diante disso, a subjetividade aqui é compreendida como a dobra do lado de fora. (LOCKMANN, MACHADO e FREITAS, 2015: 15-6)

Portanto, nossa subjetividade, práticas, discursos e relações que estabelecemos estão inscritas em um jogo de saber-poder-verdade capaz de produzir efeitos em cada um de nós e em nossas formas de atuar e conviver no mundo. Pela perspectiva foucaultiana, podemos considerar que tais ações reverberam em uma forma de governo por intermédio da verdade, tendo como ferramenta a condução das subjetividades dos sujeitos. Desta forma, compreendemos que a manifestação de qualquer poder possui vínculo direto com o saber e com a verdade (FOUCAULT, 2019), sendo sua manifestação capaz de criar condições de (re) existências.

Seguindo tal linha de pensamento, o objetivo desta produção é analisar nos discursos de um sujeito surdo as construções de subjetividades e as experiências de si produzidas dentro de uma instituição educacional de nível superior para problematizar como tais conduções de condutas se convertem em formas de vidas surdas heterogêneas.

A investigação foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) e, após aprovada, deu-se início às tratativas com o acadêmico surdo, por e-mail, mediante o qual foram apresentadas as informações da exploração pretendida e, com

o consentimento, o entrevistado relatou suas percepções como discente da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), campus Cidade Universitária.

Para a coleta de dados, foi utilizado como instrumento de pesquisa entrevistas semiestruturadas. As entrevistas foram realizadas por intermédio do aplicativo *Google Meet* devido ao momento pandêmico que vivíamos (2019-2021). Elas foram filmadas, salvas, transcritas e categorizadas a partir das análises de Marcuschi (1991). O nome dado ao acadêmico foi ficcionalizado, estratégia pensada para a preservação de sua identidade.

As análises realizadas foram abordadas a partir das proposições elaboradas por Michel Foucault (2010; 2014; 2019), com o apporte teórico de Jorge Larrosa (1994), Vieira-Machado (2012; 2019), Butler (2010) e Neiva Furlin (2013). As análises a partir destes autores torna possível uma interpretação dos micropoderes das relações entre sujeitos surdos e ouvintes em um ambiente educacional, materializado na UFMS, entendendo-a como um espaço cuja finalidade é transformar a experiência dos sujeitos – portanto, considerada para esta escrita, um dispositivo pedagógico. No tópico seguinte, apresento o acadêmico e introduzo algumas questões de sua formação pessoal e acadêmica que o constitui como um sujeito surdo.

Senhor Antônio: condições de existência na diferença surda

Quando pensamos a surdez, antes, devemos desconstruir o padrão elegido em formato de categoria para tal enunciado. Ou seja, não são, simplesmente, “os surdos”, evocando uma classe homogênea onde, tecnicamente, todos deverão se comunicar mediante o uso da língua de sinais, manter determinados comportamentos que acreditamos caracterizar os sujeitos alocados dentro desta “caixinha” intitulada surdez. Pelo contrário, interessa antes a construção de um saber que valorize as diferenças que habitam as entranhas das comunidades surdas. A diferença surda existe em abundância. Portanto, antes, é preciso compreender que:

A surdez é singular em cada pessoa. É o surdo, sujeito, pessoa, indivíduo, e não os surdos. Seres diferentes entre si até mesmo na surdez. A surdez se torna presença por ela própria, como também pela história, pelo corpo, pela família e pelo grupo social e território em que vive seu sujeito. (VIEIRA-MACHADO e MATTOS, 2019: 87)

Pensar educação para pessoas surdas, então, é pensar em cada ser e em suas possibilidades. Desta forma, as idiossincrasias que constituem o Senhor Antônio como existência podem ser sintetizadas da seguinte forma: nascido no interior de São Paulo, em 1961; chegou na capital de Mato Grosso do Sul na década de 90; sua trajetória o manteve longe dos estudos por quinze anos, interrompidos na sétima série do ensino fundamental.

Com o passar do tempo, em 1988, conseguiu regressar para a escola e concluir o ensino fundamental e médio. Sua surdez ocorreu em 1983. Nesta década não havia em nosso estado normatizações que regulamentassem e constituíssem saberes em prol da permanência de alunos surdos dentro da escola. Segundo o relado do entrevistado, a surdez ocorreu devido a uma exposição contínua a fortes barulhos em seu trabalho: Viação São Paulo (VASP).

Sua atividade profissional envolvia estar em contato com o avião no momento da decolagem, do *pushback* para a pista. Portanto, a forte pressão exercida sobre os ouvidos gerou o rompimento dos tímpanos dentro de poucos meses: “nós íamos sem proteção nenhuma, também, naquela época, não tínhamos fones de

ouvido, não tínhamos nada de proteção contra qualquer tipo de dano nos nossos corpos, inclusive a surdez”.

A perda abrupta para o Senhor Antônio deixou alguns resquícios auditivos e, portanto, ele se valia desta estratégia para exercer a comunicação. Entretanto, devido a um segundo acidente, desta vez doméstico, perdeu a audição completa e permanente do ouvido direito. A primeira vez que consultou um médico para acompanhar esta questão foi no ano de 1996 – treze anos após a materialidade da surdez.

Segundo os especialistas por onde passou, “*não tem reversão a perda severa e ainda há o agravante da progressão da perda moderada*”. No ano da entrevista, o Senhor Antônio estava com 59 anos de idade e aposentado pelo Serviço Público Estadual. Nunca teve contato com outros surdos (nem sinalizantes e nem oralizados) e desconhece a língua brasileira de sinais (Libras).

O Senhor Antônio ingressou na UFMS no ano de 1992 (aos 31 anos de idade) no curso de Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo. O curso foi criado em 24 de outubro de 1985, sendo que o primeiro vestibular para ingresso ocorreu em janeiro de 1989 e a primeira turma começou a funcionar no primeiro semestre deste mesmo ano (UFMS, s/d).

Para compreender os discursos e relatos do entrevistado acerca da instituição, é preciso situar o momento histórico que remonta seu ingresso para elaborar ligações com as formas de subjetividade criadas dentro deste dispositivo pedagógico. Este esquadriamento é realizado por Lima (2022) que decompõe a instituição em três períodos distintos: resistência (decurso anterior aos anos 2000), transição (de 2001 a 2012) e inclusivo (de 2013 aos dias atuais). A divisão mencionada diz respeito aos marcos legislativos que foram sendo incorporados pela UFMS no decorrer do tempo.

Desta forma, o período de resistência foi marcado pela falta de políticas públicas voltadas para os acadêmicos surdos; o período de transição diz respeito às tentativas de práticas de apoio e acesso, ou seja, momento de implantação da Libras como disciplina nas licenciaturas, levantamento retroativo de acadêmicos com deficiências e etc.; enquanto a terceira fase, inclusiva, é marcada pela criação da Secretaria de Acessibilidade e Ações Afirmativas (SeAAF) e pelos primeiros atendimentos a pessoas surdas (LIMA, 2022).

Tendo por base esta divisão, o Senhor Antônio ingressou em um momento em que não havia práticas educacionais que o acolhessem em sua diferença. Desta forma, o espaço de não existência, onde falamos, sentimos e tocamos para dentro – como dito por Skliar (2017) na epígrafe de abertura desta análise – torna a permanência do entrevistado em sinônimo de resistência.

Destarte, ao caracterizar a universidade de seu tempo, os enunciados escolhidos pelo Senhor Antônio esboçam como sua vida está subjetivada a partir de sua experiência nas entradas institucionais e, como tais marcas condicionam o modo de narrar-se e conduzir-se a partir de tais experimentações vividas:

A Universidade nunca se preocupou com pessoas com deficiência (...) ela é omissa em muita coisa. Muita coisa mesmo. (...) não sei como está hoje, mas, nas vezes em que eu passei, ela era muito deficiente, muito carente, muito omissa. (...) Eu uso a palavra omissão porque me parecia omissa mesmo. Eles entendem que deficiência auditiva é deficiência de cognição. Isso sempre foi dessa forma. A deficiência auditiva é deficiência de cognição. E não tem nada a ver. Não tem nada a ver. Mas o que eles pensam? Naquela época pensava mais ainda, né? Porque hoje está bem trabalhado essa questão do surdo-mudo, da Libras, e tudo.

Os enunciados elegidos para descrever a instituição incluem a sua “defasagem” enquanto dispositivo pedagógico. Entretanto, esta mesma defasagem é capaz de criar uma subjetividade: ou seja, para o Senhor Antônio, o tratamento recebido por parte da Universidade o alocava equiparado como tendo uma deficiência de cognição, mesmo aduzindo que “não tem nada a ver”. Este é o sentimento que lhe alcança pelos saberes institucionais materializados neste momento histórico da UFMS.

O Senhor Antônio considerava-se, ao ingressar na faculdade, um “capiau, [que] não tinha o instinto de sobrevivência que eu tenho hoje como cidadão”. Desta forma, passou a submeter-se e sujeitar-se às afrontas que o poder e a norma exerciam sobre seu corpo, tornando-o consciente de sua diferença “à medida que as correlações de forças vão criando regimes de verdades em torno dele, tornando-o produto dos valores definidos e historicamente legitimados” (VIEIRAMACHADO, 2012: 52).

Com base neste pensamento, a primeira verdade evidenciada e reconhecida por Seu Antônio é o sentimento de que a instituição o comprehende como uma pessoa com deficiência cognitiva. A materialização deste sentimento/reconhecimento transformado em um *status* de verdade, segundo Foucault (2010: 22), nos coloca em uma condição no sentido de que “a verdade é a norma; é o discurso verdadeiro (...). Afinal de contas, somos julgados, condenados, classificados, obrigados a tarefas, destinados a uma certa maneira de viver (...) em função de discursos verdadeiros, que trazem consigo efeitos específicos de poder”.

Portanto, ao buscar narrar a instituição, indissociavelmente sua subjetividade necessita mensurar o quanto os saberes disseminados pelo dispositivo pedagógico a que esteve submetido funciona como um lugar da não existência de sua alteridade, de construção de normas que tornam visíveis todos os “desvios, diferenças, aquilo pelo qual nos distinguimos dos outros, ou até de nós mesmos” (EWALD, 2000: 111-112).

A convivência com os demais acadêmicos, para o Senhor Antônio, converteu-se em momentos de hostilidade devido a alguns fatores que, para o entrevistado, fizeram com que atos de discriminação ocorressem nas dependências institucionais:

eu usava aquela prótese retroauricular (...) veja bem, eu sou calvo, uso óculos (...) naquela época, também, eu entrei em um processo de depressão e eu já era discriminado pela depressão por que acabaram descobrindo que eu tomava remédio tarja preta (...) E a imagem também. A minha imagem também nunca foi lá grandes coisas ((risos)) (...) eu era um dos mais velhos da turma porque eu fui estudar velho (...) e também fui discriminado por ser pobre.

A intersecção mencionada pelo acadêmico entre deficiência, nível social, faixa etária e estética aponta as demais normas que o cercam e o esmiúçam neste ambiente e, em todas elas, o modo como se vê, se narra e se julga depreciativamente está construído em verdades sobre si que passam a moldar quais formas de conduzir-se serão reconhecíveis e afirmadas. Esta será a verdade do sujeito. A surdez, dentro deste recorte, configura-se em apenas um dos níveis interseccionais em que o Senhor Antônio precisa conviver diariamente para concretizar sua formação em nível superior nas práticas institucionais encerradas na UFMS de seu tempo.

Os relatos concedidos durante a entrevista apresentaram momentos de exclusão (ou de não possibilidade de existência de si) devido à sua aparência, condição social e surdez, além de práticas de discriminação por sua idade e uso de

medicamentos. Para continuar a discussão, foram escolhidos os seguintes trechos da entrevista:

Bom, eu era um dos mais velhos da turma porque eu fui estudar velho. Parte deles [dos demais acadêmicos] era de uma classe social de pecuaristas, destas pessoas que moram em edifícios da Afonso Pena, em fazendas, essas coisas. (...) Então, o que acontecia? Se o trabalho era em grupo, (...) era no apartamento "x" lá na Afonso Pena. Um apartamento por andar. Aquele grupo não me aceitava. Aquele grupo não me aceitava. Na minha casa eu não podia fazer porque eu sempre fui pobre. (...) Bom, você vai falar "nós estamos falando de surdez". E é de surdez, mas a surdez tem muito a ver com isso aí. Por quê? Quando você é surdo, no meu entendimento, e é classe média alta, é uma coisa. Quando você é surdo e é pobre, é outra. É outra completamente (...).

Como eu sofria desta deficiência auditiva, sempre, na hora de formar grupos ou coisas assim, eu era excluído. Excluído mesmo (...) "Nós vamos treinar como é, por exemplo, apresentar um Telejornal". Eu não ia. Eu não participava disso. Porque achavam que eu não tinha condições. Aí nós íamos fazer um stand up. (...) Eu não ia, porque achavam que não ia dar certo comigo. Os próprios colegas que atuavam como cinegrafistas não gostavam que eu fosse.

É possível perceber que a permanência do Senhor Antônio dentro deste espaço educacional em seu momento histórico é literalmente caracterizada como um sinônimo de renitência: tanto pela materialidade da diferença inscrita na surdez quanto pelas demais discriminações sofridas dentro dos saberes e normas formados/amparados pela instituição. Estas narrativas constituem-se em possibilidades e formas de como o entrevistado conseguiu articular-se e formar-se enquanto sujeito.

Judith Butler (2010: 19) aduz que “o sujeito não só se forma na subordinação, mas esta lhe proporciona a sua condição de possibilidade”. Desta forma, concordando com a autora, pode-se perceber que a “experiência de si” apresentada por Seu Antônio o faz reconhecer-se na experimentação do embate com as normas e relações de poder enfrentadas na academia.

As narrativas do entrevistado apontaram que, para além da discriminação por parte dos demais alunos do curso de Jornalismo, também os professores deste momento histórico da universidade encampavam tais práticas realizadas. Estas noções apareceram no seguinte excerto:

Toda essa questão de como se faz televisão eu aprendi trabalhando, eu não aprendi na faculdade porque eu fui discriminado (...) "Deixa ele lá. Ele não ouve direito. Vai dar errado. Vamos ter que refazer o plano várias vezes. Vamos ter que refazer a matéria várias vezes e nós não temos tempo pra isso". (...) eu me senti discriminado. A palavra é discriminação mesmo. "Você fica aí. Você tem um problema que a gente não sabe como resolver, então, você fica aí e nós vamos fazer a apresentação do Jornal com uma menina bonita, com um rapaz que ouve bem, que é bonitão também" (...) pra Rádio e Televisão a audição é fundamental, né? (...) Se você é discriminado pelos alunos, você consegue trabalhar, mas quando você é discriminado pela Instituição e pelos professores, aí é difícil. Porque quando o próprio professor, mesmo sem falar diretamente pra você, ele te deixa de lado porque você tem uma deficiência cognitiva ou uma deficiência, seja qual for ela, aí isso complica sua vida. Porque quando são só os colegas que fazem isso, você vai, você caminha e acaba entrando em um grupinho de alguém que te aceita. Agora quando é o professor? Quando é a Instituição? (...) a professora e os alunos encamparam essa discriminação. Porque se eles tivessem se esforçado para me incluir, eles teriam feito com que a minha participação fosse possível. (...) a discriminação era tanta que, às vezes, eles entravam na sala de estúdio e, como era pequena (eles alegavam isso pra mim) eles me deixavam para fora, trancado. Aí, então o que mais você precisa, né? Como que você vai entender isso? Às vezes o professor falava (...) "o que você está fazendo aí?" "Nada, professor, está tendo uma aula ali, mas está muito cheio o estúdio". Mas não era que estava muito cheio. É que me deixaram mesmo.

A produção destas ações, ocorridas há mais de trinta anos, ainda é narrada com detalhes pelo entrevistado, que apontou o quanto as práticas normalizadoras produzidas dentro deste campo podem subjetivar e construir identificações desventuradas/temerosas. O lugar da não existência dentro deste espaço educacional condiciona o sujeito a olhar-para-si e “acreditar que os surdos são inferiores tanto em questão de inteligência quanto de habilidades e, portanto, devem ser tratados de acordo” (HUMPHRIES, 1977: 16, tradução minha).

Como dito inicialmente, o poder proporciona a existência de um saber sobre determinados sujeitos – neste embate, materializado na especificidade da surdez – e, da mesma forma, produz efeitos de verdade que serão reconhecidos como normas sociais. Sem poder, a formação de saberes é uma prática desprovida de existência, ou seja, “o poder produz; ele produz realidade; produz campos de objetos e rituais da verdade. O indivíduo e o conhecimento que dele se pode ter se originam nessa produção” (FOUCAULT, 2014: 189).

Entretanto, esta mesma produção abre precedente para a prática de resistência. Assim, nunca estamos aprisionados pelo poder: estamos tanto em posição de sofrer quanto de exercer sua materialidade. Neiva Furlin (2013) corrobora este pensamento ao narrar que:

sempre que houver um contexto normativo que limita o desejo de ação de um sujeito, o próprio limite ativa a consciência e gera resistência ao poder tornando-se potência, ou seja, produz novas possibilidades que excedem ao poder normativo, ressignificando práticas e comportamentos culturais. (FURLIN, 2013: 401)

Tendo por base o pensamento de Furlin (2013), ao ser atingido pela norma reconhecida pelo sujeito como verdade e interiorizada como regra de conduta, o Senhor Antônio passou a causar em si mesmo uma tensão: *“eu tenho que me lembrar que eu sou surdo (...) do momento que eu acordo ao momento que eu deito (...) A sociedade não me trata como um surdo. Até porque ela não sabe que eu sou um surdo”*.

A sociedade de seu tempo, os saberes institucionais e a formação da experiência de si construídas pelo entrevistado os obrigam a registrar em sua memória sua própria diferença. Seu Antônio, ao despertar, precisa exercitar e reviver suas subjetividades para se lembrar de que é um sujeito surdo, que utiliza prótese retroauricular, que toma remédios controlados, que foi estudar em idade avançada, que é calvo, pobre, entre outras marcas da diferença.

Suas identificações estão intimamente entrelaçadas “através de jogos de força, de relações de poder imanentes a esse processo, numa constante busca pela imposição de determinados significados” (HENNIGEN e GUARESCHI, 2006: 62). Ao relatar sobre si, Seu Antônio produz um discurso que recai sobre seu próprio corpo, seu espírito; reflexões e ações sobre a vida e, dentro destas frases, é como se existisse uma sentença inescapável: “a simples posição de ser ouvinte torna-se o sucesso e ser surdo torna-se o fracasso” (HUMPHRIES, 1977: 44, tradução minha).

Desta forma, a surdez é descrita nesta interlocução, pelo discurso do entrevistado, da seguinte maneira: *“para mim, isso é um dano [a surdez], uma tragédia, porque, na verdade, (...) a audição, assim como os demais sentidos, é muito, muito, muito importante para o ser humano”*.

Este trecho aponta o reconhecimento da norma da audição pelo acadêmico e, ao afirmá-la, reconhece-se inscrito abaixo dessa norma, ou seja, é como se a possibilidade de vida de Seu Antônio estivesse limitada pela produção desta norma reconhecida e interiorizada em sua experiência de si. Estas produções, externas

ao sujeito, estão imbricadas e, para além destas subjetividades surge então o discurso que assemelha a surdez ao discurso do dano, tragédia e perda.

Para dominar a si mesmo ou governar a si mesmo é preciso que haja uma apropriação histórica, entendimento de seu passado e das forças que produziram seus reconhecimentos possíveis, em uma tentativa de administrar seu futuro. Este é o princípio da resistência. O discurso de Seu Antônio propõe pensar que as afrontas sofridas pela norma e pelo poder durante seu percurso acadêmico o conduziram a determinadas práticas de si alinhadas a uma possibilidade de mudança:

Hoje eu consigo encarar um Presidente da República, um Ministro, qualquer pessoa de igual para igual. (...) Naquele tempo não. Eu estava chegando à Universidade, dez/doze anos mais velho que a gurizada e ninguém fazia nada por mim e eu também não tinha noção dos meus direitos. Hoje não. Hoje se eu tiver que encarar o Bolsonaro, o Donald Trump, seja quem for, eu vou encarar. Por quê? Porque eu aprendi. Os meus direitos são, não só direitos como cidadão, como aluno, mas como cidadão do mundo. Eu tenho direitos universais. O direito vale aqui no Brasil e vai valer nos Estados Unidos e vai valer na Europa, na Ásia, onde for, então, hoje eu sei disso. Hoje eu sei, mas naquele tempo eu não sabia nada. (...) Eu era vítima. Eu fui uma vítima na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul durante o curso de jornalismo. E acho que isso, talvez, colaborou também, para que eu nunca buscasse tratar verdadeiramente da minha surdez, porque eu atribuía a ela a culpa por ter sido assim.

Larrosa (1994) aduz que enxergar as barreiras e transpor as suas tramas e fabricações pode ensinar nossos olhos que sempre é possível observar os fenômenos por outras possibilidades, ou seja, o exercício de reconhecimento das normas que condicionam nosso olhar e a forma como passamos a nos enxergar mediante a este emaranhado discursivo é um caminho que possibilita a abertura de outras perspectivas e conduções.

No tópico seguinte, em uma tentativa de fechamento, busco apresentar alguns apontamentos acerca da constituição apresentada no decorrer desta análise e ficcionar as materialidades discursivas apresentadas por Seu Antônio.

O fecho da existência: concretudes subjetivas

Quantas vidas cabem dentro de uma única? Há vidas que, hoje, não podemos mais tocar. Vidas que pertencem a outros lugares históricos, outros tempos, fora desta materialidade. Alguns resistem e permanecem nas tramas da história em conformidade às linhas do tempo. Não se pode tocar todas estas vidas e, muito menos, mensurar quantas vidas poderiam caber dentro de uma única.

É por este motivo que, dentro de seu recorte, há trinta anos, a vida de Seu Antônio estava sendo escrita e subjetivada dentro de um dispositivo pedagógico – materializado na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – como um lugar de não existência, onde apenas ele poderia estar, sem encontrar-se.

Seu discurso pontua que somente aprendeu sua profissão quando passou a trabalhar porque durante sua formação foi discriminado e excluído das atividades de formação prática. Seu Antônio não pôde existir enquanto um sujeito surdo, apenas esteve presente, falando para dentro, sentindo, tocando e escrevendo as mesmas coisas.

O sentimento que transbordava a intimidade de Seu Antônio era de que o tratamento recebido pela UFMS o aduzia a ser uma pessoa com problemas cognitivos. Portanto, todo o aparato disciplinar, as construções de normas e verdades discursivas, frutos das relações de poder-saber materializadas e presentes em seu

discurso, construiu um sujeito que aceitou a submissão deste poder sobre seu corpo para concluir o seu processo de formação.

A instituição e suas práticas refletem, em parte, estratégias da sociedade local em seu entorno. Afinal, a universidade não pode ser considerada uma “ilha”, mas uma extensão da sociedade em que está inserida. Desta forma, as ações construídas dentro do dispositivo pedagógico é um prolongamento de saberes culturais que transitam entre a população deste momento histórico em que está encerrada no século XX.

A afronta sofrida pelo entrevistado em seu percurso acadêmico por parte de professores e colegas formou uma experiência de si mofina e adoentada em Seu Antônio, fazendo com que culpasse a si mesmo e condicionasse em sua própria pele a tensão instaurada pela diferença, mantendo-se ciente, do momento em que acordava ao momento em que se ia deitar, de que é um sujeito surdo.

Esta tensão, segundo seu discurso, foi um dos motivos que o fez nunca querer tratar efetivamente a surdez, pois as marcas da diferença (o uso de aparelhos auditivos) reforçavam a estigma e martelavam em sua mente a afirmativa inescapável: ser surdo é sinônimo de fracasso. A base deste pensamento aparece no discurso do entrevistado ao caracterizar a sua própria surdez e ao compreendê-la como um dano, uma tragédia e uma perda.

Os espaços de não existência ainda podem ser encontrados em nossos dias. Precisamos exercitar nossos olhos para identificar tais espaços, olhar o que permanece de resquício destes trinta anos atrás. Não é preciso ir muito longe para procurar. Aqui, à nossa volta, é possível achar raízes destas práticas e, ao encontrá-las, em um exercício de olhar como escuta do outro, devemos desvendar tais ramos para que não mais floresçam e, aos poucos, os lugares de não existência passem a morar somente nas produções dos séculos passados e, sem perceber, tornem-se apenas lugares de memória.

*Recebido em 4 de setembro de 2023.
Aprovado em 30 de setembro de 2024.*

Referências

- BUTLER, Judith. *Mecanismos psíquicos del poder: teorías sobre la sujeción*. Madrid: Ediciones Cátedra, 2010.
- EWALD, François. *Foucault, a norma e o direito*. Lisboa: Vega, 2000.
- FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

FOUCAULT, Michel. *Vigar e punir: nascimento da prisão*. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

FURLIN, Neiva. Sujeito e agência no pensamento de Judith Butler: contribuições para a teoria social. *Sociedade e Cultura*, 16 (2): 395-403, 2013.

HENNIGEN, Inês; GUARESCHI, Neuza Maria de Fátima. A subjetivação na perspectiva dos estudos culturais e foucaultianos. *Psicologia da Educação*, 23 (2): 57-74, 2006.

HUMPHRIES, Tom. *Communicating across cultures (deaf-hearing) and language learning*. Tese (Doutorado em Filosofia), Union Graduate School, The Union Institute & University, Ohio, 1977.

LIMA, Carlos Roberto de Oliveira. *Audismo e Surdez: a formação de subjetividades surdas no Ensino Superior*. Curitiba: Appris. 2022.

LOCKMANN, Kamila; MACHADO, Roseli Belmonte; FREITAS, Débora Duarte. “A inclusão no município do Rio Grande/RS: possibilidades para pensar a subjetividade docente”. In: Reunião Nacional da ANPED, 37, 2015, Anais... Florianópolis: UFSC, 2015.

SKLIAR, Carlos. *Desobedecer a linguagem: educar*. São Paulo: Autêntica. 2017.

UFMS. *Jornalismo, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Histórico do curso*. [s.d.]. Disponível em: <https://jornalismo-faalc.ufms.br/historia-do-curso-2/>.

VIEIRA-MACHADO, Lucyenne Matos da Costa. *(Per)cursos na formação de professores de surdos capixabas: a constituição da educação bilíngue no estado do Espírito Santo*. Tese de Doutorado, UFES, 2012.

VIEIRA-MACHADO, Lucyenne Matos da Costa; MATTOS, Leila Couto. *Na presença da outra, o encontro comigo: da história da educação de surdos à história de nossas vidas*. Campo dos Goytacazes: Brasil Multicultural, 2019.

VOLUME 12
NÚMERO 28
(JAN./ABR.2025)

ACENO
REVISTA DE ANTROPOLOGIA DO CENTRO-OESTE
ISSN: 2358-5587

CHAMADA DE ARTIGOS

DOSSIÉ TEMÁTICO:

**ANTROPOLOGIAS DOS DESERTOS:
ECOLOGIAS, POVOS E COSMOLOGIAS
ENTRE OS VAZIOS E AS ABUNDÂNCIAS
DE UM MUNDO EM TRANSFORMAÇÃO**

COORDENADORXS:

DRA. ANTONELA DOS SANTOS (UBA/CONICET)
DR. GABRIEL RODRIGUES LOPES (UFS)
DR. PEDRO EMILIO ROBLEDO (UNC/CONICET)

PRAZO FINAL
DE SUBMISSÃO:
30 DE JANEIRO
DE 2025

28

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social - Universidade Federal de Mato Grosso

VOLUME 12
NÚMERO 29
(MAI./AGO.2025)

ACENO
REVISTA DE ANTROPOLOGIA DO CENTRO-OESTE
ISSN: 2358-5587

CHAMADA DE ARTIGOS

DOSSIÉ TEMÁTICO:

**MÍDIAS DIGITAIS E SUAS
IMPLICAÇÕES NA VIDA COTIDIANA:
CONTRIBUIÇÕES ANTROPOLÓGICAS**

COORDENADORXS:

DRA. CAROLINA PARREIRAS (USP)
DRA. LARA ROBERTA RODRIGUES FACIOLI (UFPR)

PRAZO FINAL
DE SUBMISSÃO:
30 DE ABRIL
DE 2025

29

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social - Universidade Federal de Mato Grosso